

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.229 - SP (2020/0308553-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **LAERTE ETTORE MAZZA JUNIOR**
ADVOGADOS : **SANDRO GARCIA PEREIRA DA SILVA - SP218826**
 LUCIANA MARIA GARCIA DA SILVA SANDRIN -
 SP264782
 LUIZ HENRIQUE TABARIN - SP424815
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE TANABI**
ADVOGADO : **NEIDE SOLANGE DE GUIMARÃES PERES - SP110228**

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por LAERTE ETTORE MAZZA JUNIOR contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE TANABI - Pretensão à complementação do benefício de auxílio-doença - Impossibilidade - Art. 1º da Lei Complementar Municipal de Tanabi nº 50/15, art. 205 da Lei Complementar Municipal de Tanabi nº 47/15 e art. 3º da Lei Municipal de Tanabi nº 1.765/02 declarados inconstitucionais por ocasião do julgamento da ADI nº 2247121-79.2018.8.26.0000 por este Tribunal de Justiça - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Possibilidade de redução equitativa - Precedentes do TJSP - Sentença mantida - Recurso não provido.

Quanto à controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, no que concerne à alegação de dissídio jurisprudencial, alega que o acórdão contrariou decisões de outros Tribunais em casos análogos, trazendo os seguintes argumentos:

Trata-se de ação de concessão de complementação de benefício por incapacidade em face da Prefeitura Municipal de Tanabi, tendo em vista o indeferimento indevido do requerido no pagamento de complementação de benefício previdenciário por ausência de fonte de custeio do requerido, fundamentando seu indeferimento na ADI 2247121-79.2018.8.26.0000 do TJSP.

A referida ADI, ajuizada pela Procuradoria-Geral da Justiça, tratou da inconstitucionalidade do art. 1º da Lei Complementar nº 50 de 2015, bem como art. 205 da Lei Complementar de 2015 e artigo 3º da Lei Complementar Mun.1765/2002, que instituía a complementação salarial dos servidores municipais, a fim de que

os mesmos não tivessem prejuízo na redução do valor do benefício, para cumprimento do art. 40 da Constituição Federal, tendo sido julgada procedente.

Nesse mesmo sentido, o N. Magistrado, bem como o Acórdão de fls 258/264 negaram a concessão da complementação do benefício.

Assim, o acórdão ora recorrido, contrariou decisões de outros Tribunal de Justiça a casos desse tipo.

[...]

Com efeito, o acórdão Recorrido, ao manter o entendimento de que a ausência de fonte de custeio do requerido impede a concessão do benefício postulado, contrariou o entendimento pacificado pelo TJ-SC, em sede de julgamento do Recurso de apelação:

[...]

Portanto, o entendimento da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo contrariou decisão proferida pelo TJ-SC e de outros tribunais e está em total divergência jurisprudencial, assim como contraria o disposto da Constituição Federal, razão pela qual faz-se necessário o presente recurso. (fls. 268-271).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente